

31 JAN 2020

FOLHA DE LONDRINA

TJ-PR anula sentença que condenou ex-diretor da AL

Corte acata recurso da defesa de Bibinho, o pivô do escândalo dos "Diários Secretos", e considera nulas provas que basearam Operação Ectoplasma II

Com decisão do tribunal, condenação de Bibinho a 23 anos de prisão no âmbito da Operação Ectoplasma II foi anulada

Guilherme Marconi

Reportagem Local

Por três votos a dois, o TJ (Tribunal de Justiça) do Paraná declarou nulas as provas utilizadas no processo conhecido como Diários Secretos. A sentença proferida nesta quinta-feira (30) atende a pedido da defesa do ex-diretor da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, Abib Miguel, o Bibinho, apontado como o líder do esquema de desvio de recursos públicos por meio da contratação de funcionários "fantasmas".

Em agosto de 2019, o réu havia sido condenado pela 2ª Câmara Criminal. À época, foi decidido que a busca e apreensão de documentos feitas em 2010 na "Operação Ectoplasma II" eram lícitas. Entretanto, com base no único voto que beneficiava o ex-diretor, o caso foi levado pela defesa do réu para análise dos Desembargadores da 1ª Câmara Criminal. Ou seja, a defesa utilizou o recurso dos embargos infringentes.

Na 1ª Câmara Criminal, o desembargador Clayton Camargo declarou que "parlamentares só podem ser processados perante o Órgão Especial do TJ." O magistrado destacou que "a nulidade da ordem judicial emanada de

autoridade incompetente implica nulidade de todos os atos dela derivados, contaminando todas as provas dos autos." "Não tem salvamento constitucional e é absolutamente inadmissível no processo", ponderou o relator, aplicando a "Teoria dos frutos da árvore envenenada".

Com a nulidade das provas da Operação Ectoplasma II, a sentença condenatória proferida pela 9ª Vara Criminal de Curitiba contra Bibinho foi declarada nula. A decisão impôs o retorno dos autos à origem para que nova decisão seja proferida com base em elementos de prova diversos. Neste caso, o réu havia sido condenado a 23 anos de reclusão pelos crimes de peculato (apropriação de dinheiro público), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

HISTÓRICO

Não é a primeira vez que o TJ anula condenações contra Bibinho. Em 2015, a 2ª Câmara Criminal decidiu anular duas sentenças de primeiro grau. Bibinho foi preso e solto mais de uma dezena de vezes e já passou mais de dois anos atrás das grades por várias ações as quais responde na Justiça. O esquema teria movimentado cerca de

R\$ 200 milhões, segundo o Ministério Público. Na Justiça correm 22 ações judiciais do Diários Secretos, sendo 14 processos cíveis e outros 8 criminais. **A FOLHA** não conseguiu contato com a defesa do ex-diretor da AL.

31 JAN 2020

FOLHA DE LONDRINA

Londrina terá Casa da Mulher Brasileira



**Queremos garantir que seja um
espaço de muito acesso e muitos**

recursos

Em evento na manhã desta quinta-feira (30), o prefeito Marcelo Belinati e a secretária municipal de Políticas para Mulheres, Nádia Oliveira de Moura, anunciaram que Londrina será a primeira cidade do interior a ter uma Casa da Mulher Brasileira. Com projeto arquitetônico finalizado, são aguardados os projetos complementares, como hidráulica e elétrica, e confirmação do terreno. A obra custará R\$ 5,1 milhões e já conta com R\$ 2 milhões de aporte anunciados pelo Estado.

A Casa da Mulher Brasileira é uma unidade de atendimento concentrado, especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica e já foi instalada em diversas capitais do País. Em Londrina, a obra terá 1.600 metros quadrados para receber diversas especialidades. "Oferece acolhimento, atendimento psicológico, jurídico, de assistência social, cartório, defensoria, Ministério Público, ajuizado, é uma casa que garante o atendimento concentrado em um só espaço", explica a secretária.

A unidade também contará com espaço de passagem. "Porque temos muitas situações que acontecem no final de semana ou durante a madrugada em que essa mulher precisa esperar um atendimento

no dia seguinte para passar por equipe técnica e saber qual vai ser a condução, então a gente também vai desde a acolhida com esse espaço de passagem", conta Moura.

O promotor de justiça da Vara Maria da Penha em Londrina, Ronaldo Costa Braga, comenta sobre a facilidade dos procedimentos e melhoria de atendimento que a Casa pode proporcionar a essas mulheres. "Às vezes, ela tem que se deslocar para um atendimento de violência doméstica e precisa de um atendimento de medida protetiva, de saúde, serviço social, para as crianças que precisam trocar de unidade de ensino, ou seja, a vida dela muda como um todo. Ela precisa de atendimentos de diversas áreas e o que puder concentrar em um só local para que ela não tenha que pegar o ônibus e ficar circulando, e às vezes correndo o risco de encontrar o agressor no meio do caminho, isso é muito importante", defende.

O prefeito Marcelo Belinati apontou que com todos os projetos estruturais em mãos já será possível fazer um termo de referência para envio para a licitação, o que ele prevê acontecer ainda no primeiro semestre deste ano. A obra demanda investimentos de R\$ 5,1 milhões. "O governo estadual liberou, por meio do secretário

estadual da Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost, R\$ 2 milhões, mas é uma obra grande que vai custar mais de R\$ 5 milhões, então o que nós conseguimos de recursos com deputados... Eu pedi a deputados de Londrina e a prefeitura vai complementar o restante dos recursos", afirma o prefeito.

Sobre o terreno, a secretária disse que ainda está em fase de verificação, com uma proposta, segundo ela, administrativamente e tecnicamente bem avançada. "Nós queremos garantir que seja um espaço de muito acesso e muitos recursos, com ônibus e equipamentos, para que essas mulheres possam vir e serem bem atendidas", informa. "Essa casa vai ser um ganho maravilhoso para Londrina e a primeira feita fora da capital", acrescenta Moura. (L.T.)

31 JAN 2020

FOLHA DE LONDRINA

REFORMA PREVIDENCIÁRIA E BENEFÍCIOS

Londrina - A OAB Londrina promove nos dias 14 e 15 de fevereiro, o evento "Impactos da Reforma da Previdência nos Benefícios Incapacitantes", com o mestre em Direito Processual Civil e Cidadania, Alberto Rodrigo Patino Vargas. Ele é professor em Cursos de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento Profissional em Direito e Processo Previdenciário e falará sobre os benefícios previdenciários decorrentes da incapacidade no Regime Geral de Previdência Social. Ao todo, serão 14 horas de aula. O custo varia de R\$ 160 a R\$ 280. Inscrições na plataforma Sympla.

31 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

Tribunais de Contas têm minorias de mulheres e negros

Proporção sobe entre admitidos por concurso
em vez de indicação, diz pesquisa

Paula Sperb

PORTO ALEGRE Pouco conhecidos pela sociedade em comparação com o Ministério Público e o Judiciário, os Tribunais de Contas têm como principal função tornar a gestão pública mais eficaz e transparente por meio da fiscalização da aplicação de verbas e políticas públicas.

Essas cortes compõem um sistema de controle nacional independente e sem subordinação a outros Poderes.

São 33 Tribunais de Contas em funcionamento no país com 235 magistrados e 125 substitutos, em um total de 360 julgadores em atuação.

Uma pesquisa inédita da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) traçou o perfil desses magistrados.

Segundo o estudo, há diferença significativa de raça, por exemplo, entre os que ingressam na carreira por indicação política e os que são aprovados em concurso público.

A pesquisa mostra que os homens são larga maioria entre os magistrados (84,6%).

“A política brasileira segue sendo basicamente de domínio masculino, resultado de uma sociedade patriarcal e de um machismo que relega a mulher um espaço que não é esse. Nas indicações políticas, como regra, são homens que indicam outros homens”, afirma o sociólogo Marcos Rolim.

“A política brasileira segue sendo de domínio masculino. Nas indicações políticas, são homens que indicam outros homens”

Marcos Rolim
sociólogo

Ele e a socióloga Daiana Hermann são autores do estudo “Quem são e o que pensam os conselheiros/ministros dos Tribunais de Contas e seus substitutos”.

A pesquisa foi respondida por 34% dos magistrados, com nível de confiança de 95% e margem de erro de 7%.

Os julgadores do TCU são chamados de “ministros” e aqueles que atuam nos demais órgãos são chamados de “conselheiros”. Os “substitutos” cobrem ausências de conselheiros e atuam em câmaras com temas específicos.

Há duas maneiras de ingressar na carreira de julgador. Os substitutos passam necessariamente por concurso público. Ministros e conselheiros podem chegar aos cargos de forma mista: por indicação política (Legislativa e Executiva) ou concurso, já que parte das indicações do Executivo deve partir da área técnica.

A maioria dos magistrados (65%) se declarou branca. Há pardos (32,5%), pretos (1,6%) e indígena (0,8%). Para a pergunta “Considerando sua cor/etnia, como o sr. (a) se declara?”, há diferença significativa entre os indicados por políticos e os aprovados em concurso público.

Entre os que passaram por concurso, o percentual de negros e indígenas chega a 48,6%, muito próximo da metade, mostrando maior equilíbrio. Entre os indicados políticos, negros e indígenas chegam a 29,5%, enquanto brancos representam 70,5%.

O equilíbrio maior entre os concursados, afirma o sociólogo, ocorre por causa das cotas previstas nos editais. “Certamente as cotas têm alguma responsabilidade e papel nisso. Mas, independentemente delas, o concurso abre uma chance maior de valorização pelo mérito e não por posição de poder.”

“O Brasil é um país ainda profundamente marcado pelo racismo, não apenas das pessoas preconceituosas, mas sobretudo do racismo estrutural. Há instituições que sistematicamente reproduzem a exclusão sem se dar conta, dificultando a inclusão de negros”, diz Rolim, que é responsável pelo setor de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

CONTINUA

Além do Tribunal de Contas da União (TCU), que julga as contas federais, existem outros 26 com atribuição estadual e mais um para o Distrito Federal. Há também dois tribunais que fiscalizam as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro, além de três tribunais responsáveis unicamente pelas contas municipais das prefeituras dos estados da Bahia, Goiás e Pará.

“No mundo inteiro, os Tribunais de Contas estão se transformando em órgãos de boa governança, indicando medidas, sugerindo soluções e fiscalizando a aplicação do dinheiro público”, afirma Rolim.

Os magistrados também responderam sobre temas atuais ligados à política.

A maioria (65%) concorda que o Brasil vive um momento histórico em que “precisa reafirmar as conquistas democráticas, sob pena de retrocessos históricos e do risco de um novo período autoritário”; 17,9% acham que “algumas das conquistas do processo de democratização precisam ser relativizadas para que se garanta mais segurança às pessoas”, e 17,1%, que “faltam elementos para avaliar”.

Não houve diferença significativa entre os substitutos e demais magistrados.

Questionados sobre o papel da Lava Jato, 73,2% dos julgadores responderam que a operação tem “cumprido um papel positivo, a par de eventuais erros”; 14,6% acham que “tem cumprido papel negativo, a par de eventuais acertos”, e 12,2% disseram que “faltam elementos para avaliar”.

Para Rolim, “a pesquisa evidencia que há uma tensão interna que pode ser muito produtiva. Há conselheiros com noção crítica do próprio funcionamento dos tribunais e que almejam reformas que aperfeiçoem o sistema”.

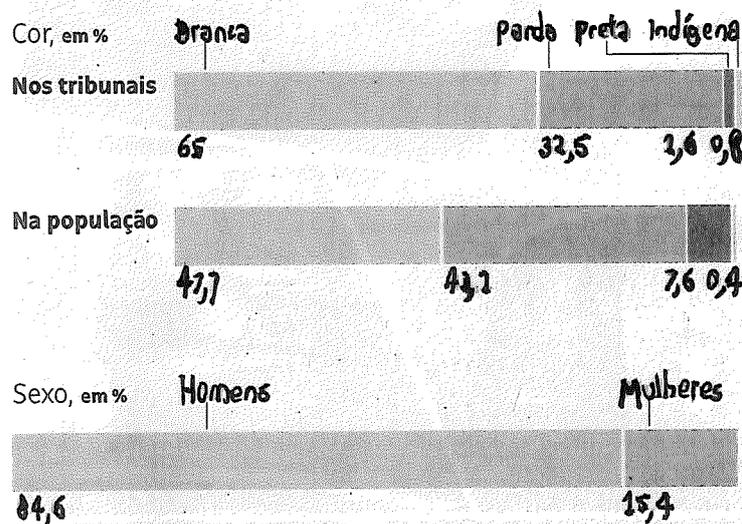
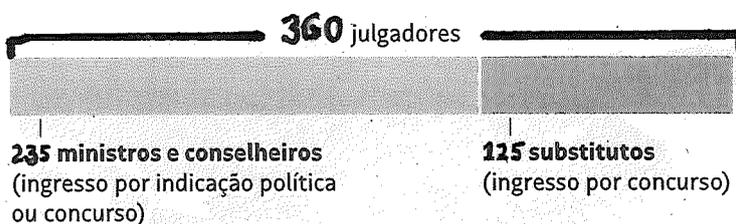
Quem são os conselheiros e ministros dos Tribunais de Contas



33

Tribunais de Contas no Brasil

O que fazem: fiscalizam a aplicação de verbas e políticas públicas. Não são subordinados a outros Poderes



Fonte: “Quem são e o que pensam os Conselheiros/Ministros dos Tribunais de Contas e Seus Substitutos”, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com 123 respondentes (34% do total de ministros e conselheiros), nível de confiança de 95% e margem de erro de 7%

31 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

Google e Promotoria brigam na Justiça por dados de usuários no caso Marielle

RIO DE JANEIRO. O Ministério Público do Rio de Janeiro e o Google travam disputa jurídica sobre acesso a dados de usuários da plataforma que, para promotores, podem auxiliar na investigação da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

A empresa americana recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para não ceder à Promotoria dados de todos os usuários que circularam na Transolímpica num intervalo de 15 minutos na noite do dia 2 de dezembro de 2018.

Essa foi a última vez em que câmeras de monitoramento de trânsito identificaram na cidade a presença do Cobalt prata placa KPA-5923, usado nos assassinatos.

A intenção dos promotores identificar, com esses dados, quem estava utilizando o veículo nove meses após o crime.

Em nota, a empresa afirma que não comenta casos específicos. "Protegemos vigorosamente a privacidade dos nossos usuários ao mesmo tempo em que buscamos apoiar o importante trabalho das autoridades investigativas, desde que os pedidos sejam feitos respeitando preceitos constitucionais e legais", afirma a empresa.

Esse é mais um capítulo da disputa entre o MP-RJ e o Google iniciada em agosto de 2018 sobre os dados de usuários para auxiliar na investigação.

A empresa também contesta a determinação de ceder a lista de todos os usuários que buscaram o nome da vereadora Marielle Franco e outras cinco expressões ligadas a ela em sua ferramenta de busca entre os dias 10 e 14 de março, dia do crime.

A Justiça fluminense, em primeira e segunda instância, tem sido favorável ao pedido do MP-RJ. A empresa, contudo, luta no STJ para não ceder as informações, que considera genéricas e sem ter como alvo um usuário específico.

O Ministério Público Federal tem dado razão aos recursos do Google nos tribunais superiores.

31 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria defende absolvição de Haddad após condenação por caixa 2

Flávio Ferreira

SÃO PAULO A Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo opinou pela absolvição do ex-prefeito da capital paulista Fernando Haddad (PT), em apelação apresentada pelo petista contra a decisão que o condenou por caixa dois na campanha eleitoral de 2012.

Na decisão de primeira instância, o juiz Francisco Carlos Shintate disse que duas gráficas emitiram notas fiscais frias para a campanha de Haddad.

Apesar de considerar que não havia provas da participação do ex-prefeito na falsificação, o magistrado aplicou a condenação por considerar que Haddad mostrou desinteresse pela verificação dos documentos das gráficas e, assim, "assumiu o risco" de que os tais papéis fossem incluídos nos registros oficiais de sua campanha.

Haddad foi condenado em agosto passado a quatro anos e seis meses de prisão em regime semiaberto. Ele e outros réus recorreram ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral)

paulista, e o caso foi enviado para a Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo, órgão do Ministério Público Federal.

Nessa fase dos processos eleitorais, em segunda instância, a Procuradoria atua como fiscal da aplicação da lei, e não como acusação ou defesa.

Em seu parecer, o procurador regional eleitoral Sérgio Monteiro Medeiros afirmou que Haddad não poderia ter sido punido criminalmente sob a alegação de não ter demonstrado interesse pelo controle dos documentos inseridos na prestação de contas.

Segundo Medeiros, "ainda que o réu [Haddad] tivesse o dever de fiscalizar o andamento de sua campanha e zelar pela veracidade das informações na prestação de suas próprias contas, a falha desse dever não acarreta, automaticamente, a sua responsabilização pelo crime do artigo 350 do CE [Código Eleitoral]".

O dispositivo legal mencionado pelo procurador trata do delito que, no jargão técnico, é denominado falsida-

de ideológica para fins eleitorais. Para o juiz Shintate, o ex-prefeito cometeu esse crime em razão de sua prestação de contas trazer o registro de notas fiscais frias.

Porém, para o procurador eleitoral, em relação ao petista, "o fato é que não foram carreadas provas que o ligassem diretamente ao crime".

Especialistas ouvidos pela **Folha** em setembro já haviam alertado para o fato de que a punição de candidatos em casos de irregularidades em prestações de contas depende da apresentação de ao menos indícios de condutas indevidas dos políticos.

A reportagem também mostrou que a condenação de Haddad teve como base uma avaliação do consumo de energia elétrica de uma das gráficas feita pelo juiz sem perícia técnica.

O processo agora deve ser encaminhado ao juiz do TRE paulista Afonso Celso da Silva, relator do caso, para preparação de seu voto. Após essa etapa, segue para julgamento pelo colegiado da corte.

31 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

Justiça decreta prisão de suspeita de matar pais e irmão em SP

Alfredo Henrique

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo decretou a prisão temporária de Ana Flávia Menezes Gonçalves, 24, suspeita de participar do assassinato dos pais e do irmão de 15 anos, cujos corpos foram achados no porta-malas do carro da família na madrugada de terça (28) em São Bernardo do Campo.

Em entrevista nesta quinta (30), o delegado seccional de São Bernardo, Ronaldo Tossunian, afirmou que o comerciante Romoyuki Gonçalves, 43, a empresária Flaviana Gonçalves, 40, e o filho do casal, Juan Gonçalves, 15, foram mortos com pancadas na cabeça.

Ainda segundo o delegado, pai e filho teriam sido assassinados na casa onde viviam, no condomínio Morada Verde, em Santo André (SP). Já Flaviana, antes de ser morta, teria sido obrigada a dirigir o carro com os corpos até o local onde o veículo foi encontrado em chamas, às 2h30 de terça.

O porteiro do condomínio disse ter visto a empresária sair com o Jeep da família à 1h15 de terça, pouco após a filha passar em seu Fiat Palio.

Ana Flávia foi presa na noite de quarta (29) com sua namorada, Carina Ramos, 26, também suspeita do crime.

O advogado das duas, Lucas Domingos, afirmou que elas negam envolvimento nos assassinatos. Questionado a respeito das contradições nos depoimentos, disse que vai verificá-las quando tiver acesso ao inquérito. "Também preciso ter acesso às filmagens e falar melhor com elas."

Câmeras de monitoramento mostram o Palio de Ana Flávia entrar e sair do condomínio três vezes entre 18h16 e 22h12

de segunda (27). As 20h09, Carina chega a pé vestindo moleton com capuz. Uma testemunha afirmou à polícia ter visto depois um homem de cerca de 1,90 m com as duas, e as

câmeras de monitoramento registram uma quarta pessoa a pé, fora do condomínio, segurando dois capacetes pouco antes de os carros saírem.

A análise de uma calça de Ana Flávia que fora lavada revelou marcas de sangue perto dos joelhos e do zíper, e a casa foi encontrada revirada.

"Este crime foi feito com extrema crueldade e premeditado", disse o delegado Paul Henry Bozon, coordenador da investigação, que descreve Ana Flávia como nervosa ao depor, tendo chegado a vomitar, e Carina como calma.

A polícia supõe que pai e filho tenham sido mortos quan-

do o empresário preparava o jantar. "Havia frango ao lado de uma panela com óleo quente", disse Bozon.

A investigação apura se Flaviana foi rendida ao chegar em casa, às 22h36, ou antes, ao sair de um shopping em Santo André onde tinha uma loja de cosméticos, na qual a filha também trabalhava.

As suspeitas afirmaram em depoimento que a família teria sido morta por um agiota a quem deveria R\$ 200 mil e que teria havido uma discussão entre elas e as vítimas na noite do crime, relata a polícia.

Após essa discussão, disseram as duas, Flaviana teria dito que sairia com o marido e o filho para abastecer o carro e viajaria para Minas Gerais. Isso teria levado Ana Flávia e Carina a também irem embora, conforme o depoimento das

duas. De acordo com a polícia, o casal mora em uma favela a 10 minutos do condomínio.

Uma testemunha depôs, no entanto, que, após a chegada de Flaviana, o Jeep teria sido estacionado diante da casa das vítimas, e um homem teria ajudado uma das mulheres a guardar grandes embrulhos no porta-malas do carro.

Segundo a polícia, sumiram da casa R\$ 8.000, dólares, joias e uma espingarda antiga.

31 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

VERÃO PASSADO Embora recorrente, o uso controverso de aviões da FAB por autoridades não vem recebendo punições do TCU (Tribunal de Contas da União). De três representações feitas pelo Ministério Público no ano passado, duas foram arquivadas. Só uma, contra o ministro Dias Toffoli, do STF, ainda aguarda decisão.

VERÃO PASSADO 2 Desde que veio à tona a viagem de Santini foram apresentadas duas novas representações à corte. A última, nesta quinta (30), pede para avaliar a utilização de aeronaves segundo os "princípios da moralidade e economicidade" e ponderar a pertinência de determinar que a FAB cobre os ministérios pelo serviço.

AFASTE A Defensoria Pública de São Paulo e a Defensoria Pública da União recomendaram aos ministérios dos Direitos Humanos e da Saúde que não veiculem a campanha que prega a abstinência sexual na Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

AFASTE 2 Os órgãos temem que, ao destacar o método sobre os comprovadamente eficientes contra a gravidez, possa aumentar a desinformação entre adolescentes.

Dez anos após criação, ala LGBT em presídio é a única em MG

Com critério da autodeclaração, trans reclamam que héteros afirmam ser homossexuais para ficar com vagas

Fernanda Canófre

SÃO JOAQUIM DE BICAS (MG) Sete dos oito anos em que está presa Maria Vitória, 26, passou de cabeça raspada, sem poder pintar o cabelo que nem deixavam crescer. Foi obrigada a lavar roupa de outros presos, fazer faxina, ter relações sexuais e guardar drogas. Era chamada pelo nome masculino.

Demorou um ano para que seu pedido para ser transferida para o presídio com área especial para gays, travestis e mulheres transexuais, como ela, fosse aprovado. Ela chegou à Penitenciária Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas, a 50 km de Belo Horizonte, em 2019.

Dez anos depois da criação do projeto pioneiro no país, o Pavilhão 1, com dois andares e 142 vagas, é o único no estado reservado para a população LGBT. Com 217 detentos, o local reuniu presos de alas de Bicas e Vespasiano, também na Grande BH.

Sentada na oficina onde faz bolsas de crochê, com o cabelo crescido e pintado de vermelho, Vitória conta que por ter matado um estuprador — crime pelo qual cumpre pena — não podia ficar na área conhecida como “seguro”, reservada a presos ameaçados, como quem comete crimes sexuais ou contra crianças.

“

Isso não é favor, é reparação. Falo por amigas minhas que tiveram que ficar em [penitenciária] masculina

Nós somos excluídas historicamente de todos os espaços

Isabella Cristina, 32
detenta da ala LGBT

Preso aos 18 anos, quando estava começando a transição de gênero, ela ficou sem acesso ao tratamento hormonal e desenvolveu depressão.

No local onde é chamada pelo nome social, ela diminuiu a quantidade de medicação por dia. “Para nós, trans, esse espaço é vital”, diz.

O espaço separado para LGBTs dentro da prisão surgiu com a ativista e atriz Walkiria La Roche, que trabalhava no governo de Antonio Anastasia (PSDB). Ao visitar presídios, ela ficou chocada ao ver que trans e travestis eram obrigadas a manter o cabelo raspado e com relatos de que preservativos não eram distribuídos nas unidades masculinas.

“A questão do cabelo crescer nunca foi perfumaria, é um reconhecimento da identidade feminina que o próprio Estado tinha roubado”, diz ela. “É uma política pública que veio de uma necessidade e a prova do que é uma política pública feita por uma trans”.

O projeto também previa cursos profissionalizantes que abrissem oportunidades para quando as presas deixassem a cadeia. Com contratos parados há um tempo, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas diz que irá retomá-los neste ano.

Em dezembro, um galpão próximo ao pavilhão tinha máquinas de costura e computadores prontos para serem usados em programas de remissão de pena (três dias trabalhados descontam um da pena) e cursos à distância. Um canto do segundo andar foi pintado de rosa chiclete para o salão de beleza, onde serão disponibilizados mais cursos.

“Na cela, eu dou conta de me arrumar, mas isso aqui é minha vida”, diz Shakira Avelasck’s, 24, batendo o cabelo comprido que comprou de outra presa.

Uma das reclamações das trans e travestis ouvidas pela **Folha** é o critério de transferência para a ala. Hoje, basta a assinatura de um Termo de Autodeclaração de Homossexualidade, que a pessoa se comprometa a participar de cursos de profissionalização, ensino e capacitação e que haja vaga.

“Está sendo tomado nosso espaço. É só falar que é gay, saem de outros presídios e vêm tirar proveito. Pegam vaga de muitas travestis”, diz Patrícia Strass Close, 39, que ficou na ala também em 2009, em outra passagem pelo presídio.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 30 JAN 2020

CONTINUAÇÃO

Rafael Pereira, 24, preso por tráfico de drogas, conta que foi levado a um presídio de Belo Horizonte e pediu para ser transferido de cela para ficar com um amigo, gay. Os outros presos avisaram que se assinasse o termo, não teria volta.

“Chegou aqui teve o debate, porque na rua eu era casado com uma mulher”. Por ter uma companheira trans no presídio, ele agora se define como homossexual.

O governo de Minas diz que o Estado não tem prerrogativa de definir a identidade de gênero ou orientação sexual dos indivíduos e que, para minimizar ocorrências de heterossexuais na ala LGBT, orientou diretores de unidades prisionais a desmistificar a ideia de que o lugar oferece privilégios.

“Isso não é favor, é reparação. Falo por amigas minhas que tiveram que ficar em [penitenciária] masculina”, diz Isabel Cristina, 32. “Nós somos excluídas historicamente de todos os espaços. Eu tenho uma amiga que confundiu a escova de dente com a de outro preso, ele deu um soco, ela bateu a cabeça na pia e morreu”.

Um relatório feito pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa apontou que das, 292 pessoas presas em setembro na ala, 74 se declaravam transexuais e que homens hétero relataram que diretores indicavam que pedissem transferência para lá por questão de superlotação em suas unidades.

A comissão identificou ainda problemas como comida azeda, ausência de agentes mulheres e falta de regularidade na medicação para soropositivos e outros medicamentos. Com exceção da falta de agentes, o governo Romeu Zema (Novo) nega as demais questões.

“O estado ainda não ofereceu um espaço no sistema prisional para garantir a segurança de mulheres trans e travestis”, diz a deputada estadual Andréia de Jesus (PSOL).

A Folha entrou na penitenciária acompanhada de servidores do governo e só pôde ter acesso a pessoas e locais autorizados por eles.

Uma nova resolução está sendo discutida, que tem entre as propostas a criação de outras alas. Para Guilherme Gomes Ferreira, o coordenador do programa Passagens, da ONG Somos, que visitou 13 unidades prisionais em 2018, as políticas públicas voltadas a pessoas LGBT nas prisões não evoluíram desde 2009.

Mas, ao invés de se falar na criação de espaços exclusivos, diz ele, a discussão deveria estar voltada a educar quem trabalha nas unidades e outros presos sobre sexualidade e gênero.

“A diversidade sexual continua prevalecendo nas prisões. E quem não tem coragem de se autodeterminar? Não vai para um estabelecimento específico, vai continuar naquele, sem seus pares”.

31 JAN 2020

BEMPARANÁ

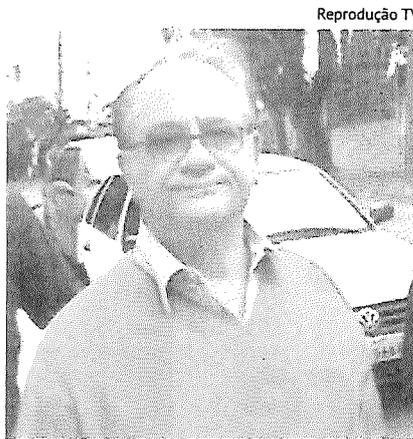
Condenação de Bibinho por 'fantasmas' na Alep é anulada

Tribunal acatou pedido da defesa que apontou ilegalidade das provas colhidas

Da Redação

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) anulou ontem as provas que haviam resultado na condenação do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o "Bibinho", por peculato formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, no processo decorrente da operação "Ectoplasma II", do Ministério Público estadual, que investiga um esquema de desvio de dinheiro público através da contratação de funcionários "fantasmas". O relator do caso, desembargador Clayton Camargo, acatou os argumentos da defesa, segundo os quais as provas teriam sido obtidas de forma ilegal, através de uma operação de busca e apreensão na Assembleia, autorizada por um juiz de primeira instância.

Bibinho foi condenado a 23 anos, 3 meses e 29 dias de reclusão e a 205 dias-multa, em novembro de 2017, pela 9ª Vara Criminal de Curitiba, com base nessas provas. Em agosto do ano passado, a 2ª Câmara Criminal do TJ rejeitou recurso da defesa contra a condenação "A diligência foi legal e autorizada por autoridade competente. Em momento algum se



Bibinho: esquema de R\$ 200 mi

atuou de modo a afetar a atividade de parlamentar que detém prerrogativa de foro pelo exercício de função pública", destacou na época, em seu voto, o relator do caso na 2ª Câmara, desembargador José Maurício Pinto de Almeida.

Os advogados do ex-diretor recorreram novamente em dezembro, alegando que as provas foram obtidas por meio de uma busca e apreensão ordenada por magistrado incompetente. Segundo a defesa, tal ato ofenderia a harmonia entre os Poderes do Estado e o princípio do juiz natural, já que a ordem de busca e apreensão

deveria ter sido determinada pelo Órgão Especial do TJ, já que o processo envolveria deputados com prerrogativa de foro.

Árvore envenenada • No novo julgamento, ontem, o desembargador Clayton Camargo, relator dos recursos, concordou com a defesa, afirmando que "parlamentares só podem ser processados perante o Órgão Especial do TJ. Segundo ele, "no caso, não se pode negar: houve afrontosa ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os poderes, além de notória usurpação de competência deste egrégio Tribunal de Justiça". O magistrado destacou que a nulidade da ordem judicial implica anulação de todos os atos dela derivados, contaminando todas as provas dos autos.

"Não resta alternativa que não seja reconhecer a nulidade do ato constitucionalmente ilegal, pois a apreensão, eivada de ilicitude na origem e no destino, não tem salvamento constitucional e é absolutamente inadmissível no processo", alegou o relator, aplicando a "Teoria dos frutos da árvore envenenada".

Abib Miguel é acusado pelo MP de comandar o esquema que teria movimentado cerca de R\$ 200 milhões.

31 JAN 2020

BEMPARANÁ

Capital faz ato de repúdio ao feminicídio

Um ato de repúdio ao feminicídio está marcado para Curitiba, amanhã, em frente ao Teatro Guaíra, na Praça Santos Andrade, às 16 horas. O “Ato de repúdio ao feminicídio. a vida pede passagem #magópresente”, foi marcado após o corpo da bailarina Maria Glória Poltronieri ser encontrada morta no último domingo em uma cachoeira no município de Mandaguari, no Norte do Paraná.

De acordo com o laudo inicial do Instituto Médico Legal (IML), ela foi morta por enforcamento e o corpo tinha sinais de violência sexual.

Além de Curitiba, manifestações estão sendo marcadas em outras cidades paranaenses, como em Maringá.

31 JAN 2020

TRIBUNA DO PARANÁ

CONDENAÇÃO DE BIBINHO É ANULADA

Catarina Scortecchi
Gazeta do Povo

Por maioria, os desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná anularam ontem as buscas e apreensões feitas na Assembleia Legislativa em 2010 na Operação Ectoplasma II, na esteira do escândalo que ficou conhecido como Diários Secretos. A anulação atende a um pedido da defesa de Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa. Com a anulação das provas, o TJ também decidiu anular a sentença da 9ª Vara Criminal de Curitiba que condenou Bibinho. Agora, uma nova decisão deve sair com base em outros elementos – sem considerar as provas colhidas durante a Operação Ectoplasma.

A defesa de Bibinho sustentou que as provas utilizadas foram obtidas por meio de uma busca e apreensão “ordenada por magistrado incompetente”, devido ao foro por prerrogativa de função de deputados estaduais. O mandado de busca e apreensão foi assinado por um juiz de primeiro grau.

Relator do caso, o desembargador Clayton Camargo concordou com o réu. Disse que parlamentares só podem ser processados perante o Órgão Especial do TJ. “Não se pode negar: houve afrontosa ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os poderes, além de notória usurpação de competência deste egrégio Tribunal de Justiça”, declarou ele.

“Não resta alternativa que não seja reconhecer a nulidade do ato constitucionalmente ilegal, pois a apreensão, eivada de ilicitude na origem e no destino, não tem salvamento constitucional e é absolutamente inadmissível no processo”.

Foram 3 votos contra 2. A maioria votou pelo acolhimento dos embargos infringentes de nulidade apresentados pela defesa de Bibinho. A favor do réu estavam, além de Camargo, também os desembargadores Benjamim Acacio de Moura e Costa e Sérgio Patitucci. Contra o argumento da defesa estavam os desembargadores Dilmari Kessler e Antônio Carlos Ribeiro Martins.

31 JAN 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ anula condenção de Bibinho

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) decidiu anular as provas utilizadas no processo do caso conhecido como "Diários Secretos", investigação do Ministério Público estadual na operação Ectoplasma II, que apontou um esquema de desvio de recursos públicos através da contratação de funcionários "fantasmas" na Assembleia Legislativa. Com a decisão, fica anulada também a condenção do ex-diretor-geral da Assembleia, Abib Miguel, o "Bibinho", apontado pelo MP como um dos operadores do esquema.

O advogado do ex-diretor da Alep sustentou, em dezembro, que as provas utilizadas foram obtidas por meio de uma busca e apreensão ordenada por magistrado incompetente. Segundo a defesa, tal ato ofenderia a harmonia entre os Poderes do Estado e o princípio do juiz natural, já que a ordem de busca e apreensão deveria ter sido determinada pelo Órgão Especial do TJ. Caso a nulidade fosse reconhecida, uma nova sentença deveria ser proferida com base em outros elementos de prova, já que o material colhido anteriormente seria considerado ilícito. ●

Contrato da Copel

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu ontem a liminar que paralisava o contrato de assessoria financeira do Banco Rothschild com a Copel (Companhia Paranaense de Energia). O banco foi contratado para conduzir estudos para eventual privatização da subsidiária Copel Telecomunicações. A decisão foi tomada pelo presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, acolhendo recurso da Copel.

Bloqueios no Norte Pioneiro

A partir de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) em Jacarezinho em novembro do ano passado, a Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 248 mil de contas bancárias, veículos e bens imóveis de pessoas envolvidas em irregularidades na aplicação de recursos do Programa Saúde da Família (PSF), no município de Ribeirão Claro/PR. ●

31 JAN 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Superior Tribunal de Justiça impede constrição de bens de produtor rural que pede recuperação judicial

Presidente considerou que a tese jurídica em debate tem contornos mais amplos do que sugere a decisão agravada, e por isso concedeu a liminar

Considerando o perigo da demora, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, concedeu liminar para suspender quaisquer atos constritivos e expropriatórios de bens de um produtor rural que busca a aplicação das regras da Lei de Recuperação Judicial e Falência para permitir a sua recuperação judicial.

Ao analisar o pedido de tutela provisória, o ministro João Otávio de Noronha destacou a relevância e o ineditismo da questão — a aplicação das regras da recuperação judicial no caso de produtor rural —, chamando a atenção para a ausência de precedentes sobre o assunto.

LEANDRO MAZZINI

SEGUNDA INSTÂNCIA

O plenário da Câmara terá condições de votar a Proposta de Emenda à Constituição que estabelece a prisão condenatória após decisão em segunda instância em abril, segundo o deputado autor do texto, Alex Manente (Cidadania-SP).

PÉLUSO

À Coluna, o parlamentar diz esperar que a comissão especial criada para discutir e votar a PEC conclua os trabalhos em março: “Na próxima semana, na volta do recesso, já teremos audiência pública para ouvir as contribuições do jurista e ex-ministro Antonio Cezar Peluso”.

31 JAN 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Condenação por prejuízo ao erário não exige dolo, apenas culpa

A condenação por atos que causam prejuízo ao erário, elencados no artigo 10 da Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92), não exige dolo, apenas culpa.

Com base nesse entendimento, a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a ex-prefeita de Holambra, Margareti Rose de Oliveira Groot, e a ex-diretora de educação do município por atos de improbidade administrativa. Elas foram acusadas de gastar R\$ 314 mil, de verba do Fundeb, na compra de 77 mapotecas (armários para guardar mapas).

Segundo o Ministério Público, o gasto foi indevido porque o município possui apenas 12 escolas e nenhuma havia solicitado os móveis.

Cada um custou R\$ 4 mil. Hoje, 55 mapotecas servem como armários comuns em vários setores da prefeitura, nove estão sem uso e as demais não foram localizadas. O MP afirma ainda que Holambra não possui "qualquer acervo histórico capaz de justificar tamanha aquisição".

"Só haveria razão para a aquisição de uma "mapoteca" caso fosse necessário armazenar mapas. E de fato, nos dias atuais, em que qualquer

estudante tem acesso a imagens via satélite de qualquer ponto do planeta em uma tela de celular, somente a existência em Holambra de um grande acervo histórico de cartas geográficas justificaria o emprego de dinheiro da educação, já tão escasso, para a compra de mobiliário destinado precipuamente a guardar mapas", disse a relatora, desembargadora Vera Angrisani.

A relatora destacou que nenhuma das mapotecas está sendo utilizada para seu objetivo principal, que é armazenar mapas, e afirmou que, "tivessem as corrés um mínimo de zelo pelo erário, teriam adquirido móveis muito mais baratos e que se prestariam ao fim de armazenamento de materiais comuns, canalizando a diferença para o atendimento de outras deficiências do setor educacional".

31 JAN 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atuação da Defensoria como custos vulnerabilis não usurpa funções

A atuação da Defensoria Pública como terceira interessada não configura usurpação de funções, uma vez que mantém intocada a capacidade postulatória do advogado.

Foi com base nesse entendimento que as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Amazonas — que congrega desembargadores das câmaras cíveis e criminais — reafirmaram a competência da Defensoria para atuar como custos vulnerabilis (guardião dos vulneráveis).

O caso teve início após o desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro convocar o defensor público geral do estado para se pronunciar durante uma revisão criminal. Por conta disso, o Ministério Público interpôs um agravo regimental contestando a presença da Defensoria.

De acordo com o recurso, a intervenção do custos vulnerabilis é “exagerada” e usurpa as atribuições do MP. A tese foi rejeitada por Queiroz Chíxaro, que reconheceu a legitimidade da Defensoria.

Depois, o MP questionou, via embargos de declaração, não a suposta usurpação de suas competências, mas a invasão das funções advocatícias. Chíxaro, relator do caso, voltou a recusar

o argumento. Segundo ele, a medida tomada pelo MP pretende apenas rediscutir uma questão que já foi tratada.

“A rejeição ocorre porque, em primeiro plano, os embargos de declaração buscam uma nova chance para rediscutir a matéria. Nesse sentido, a rediscussão é vetada, conforme entendimento do STJ”, afirma o magistrado. Ainda assim, ele decidiu traçar ponderações a respeito da função do custos vulnerabilis.

31 JAN 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça cancela bônus de R\$ 764 mil em universidade do RN

TCU já havia considerado irregular o pagamento de gratificações em 2017; servidores recorreram à Justiça e perderam

Petro Prata

A Justiça Federal determinou a extinção do pagamento de R\$ 764 mil em vantagens e gratificações indevidas a servidores da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). A decisão da 8.^a Vara Federal do Rio Grande do Norte acolhe pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo da ação era anular atos da Universidade que permitiam o pagamento de gratificações a servidores amparadas em decisões judiciais.

A história começou há dois anos e meio. Em agosto de 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a universidade suspendesse o pagamento das gratificações após constatar que “tais vantagens e gratificações eram incompatíveis com o regime jurídico”. Os servidores públicos, por meio do sindicato da categoria, recor-

reram. Desde então, alguns juízes concluíram que eles poderiam voltar a receber os benefícios, apesar de entendimento contrário do TCU.

A universidade informou que, após ser avisada pelo TCU, os servidores foram notificados e apresentaram suas defesas para “evitar injustiças no decorrer do processo”. “As defesas dos servidores foram realizadas com o apoio das entidades sindicais, que pugnaram pela manutenção dos pagamentos com base nos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada”, afirmou a universidade.

Mesmo após a apresentação da defesa, o TCU manteve a determinação que considerou os pagamentos indevidos. “Com a decisão administrativa formada, os pagamentos cessaram e os interessados, por meio da entidade sindical, ajuizaram ação na 8.^a Vara Federal, que expediu sentença concordando com o término desses pagamentos”, informou a universidade.

O Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte não respondeu ao contato da reportagem.

31 JAN 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Defensores vão ao STF por juiz de garantias

A Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos se manifestou a favor da criação do juiz de garantias no Supremo Tribunal Federal. A manifestação foi feita em ação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, que questiona a constitucionalidade da norma. Os defensores defendem a decisão do presidente Dias Toffoli, que havia restringido o alcance do novo juiz.

R\$ 60 MI

É O VALOR INVESTIGADO NA OPERAÇÃO EPAGOGÉ

Operação mira empresas que fraudavam licitações

A PF, o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) desencadearam ontem a Operação Epagoge para desarticular a organização criminosa suspeita de fraudar licitações. Entre 2010 e 2019, as empresas firmaram contratos com o Poder Público que somam R\$ 60 milhões. Foram cumpridos 22 mandados em Curitiba, Piraquara e Guaratuba, Balneário Camboriú e São Paulo.

Fux libera corte de salário de servidores grevistas

O presidente em exercício do Supremo, ministro Luiz Fux, autorizou o corte de ponto e de salários de funcionários públicos do Rio Grande do Sul que fizeram greve contra projetos de lei que mudaram a carreira dos servidores. A decisão derrubou liminar obtida pela categoria no Tribunal de Justiça do RS. Para Fux, “o movimento grevista não decorre de conduta ilícita do Poder Público”. “A decisão do tribunal estadual implicaria riscos de danos irreparáveis à ordem, à economia e à saúde públicas”, escreveu.

MP do Rio briga com Google por dados que podem ajudar a esclarecer caso Marielle

O Ministério Público do Rio tenta obrigar o Google a fornecer dados que, para a instituição, ajudariam a solucionar as mortes da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O Google alega que os dados solicitados são genéricos e que fornecê-los comprometeria a privacidade dos usuários da plataforma. O carro usado no crime passou pelo pedágio da Transolímpica, via expressa que liga bairros da zona oeste. A Promotoria pediu ao Google informações



de todos os celulares que passaram por aquele trecho da Transolímpica no dia do crime. A Justiça do Rio acatou o pedido, mas o Google recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, que ainda não se manifestou.